

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: RECURSO PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA.** Fernanda Rodrigues Plaza. UNESP/Marília. [ferplazinha@hotmail.com](mailto:ferplazinha@hotmail.com) / Uillians Eduardo Santos. UNESP/Presidente Prudente. [ues0709@hotmail.com](mailto:ues0709@hotmail.com)

Eixo Temático: Práticas Pedagógicas.

**Resumo:** A avaliação é uma das etapas do processo de ensino e aprendizagem de nossos alunos. E como as demais, possui sua relevância para todas as etapas da educação básica ou ensino superior. Diante disso, proponho nesse trabalho discutir a avaliação da aprendizagem na educação infantil. Para isso, num primeiro momento exponho algumas considerações acerca de educação infantil. Na sequência, trago um recorte na bibliografia existente sobre avaliação educacional. Por fim, analiso e discuto propriamente dito a avaliação na educação infantil. Concluo que a avaliação para essa etapa educacional se constitui como um forte dispositivo de análise e reflexão não somente do aprendizado e desenvolvimento da criança, mas também como um subsídio para o professor (re) pensar sua prática pedagógica diária.

**Palavras-chaves:** Avaliação da aprendizagem. Educação Infantil Prática Pedagógica.

## **Introdução**

Não há como negar que a avaliação faz parte do nosso cotidiano, seja ele pessoal, profissional ou acadêmico. Da hora que acordamos até o fim de nosso dia temos que avaliar nossas ações ou somos avaliados.

E assim, nossos professores, alunos e unidades escolares não escapam da avaliação, seja ela qual nível e modalidade for: avaliação de sistemas, avaliação institucional, avaliação docente, avaliação educacional e da aprendizagem, entre outras.

Notamos que a avaliação tem que buscar em especial, uma contextualização social, algo desprezado com muita frequência pelos atuais professores. O ato de avaliar tem que ir além da mera atribuição de uma nota ou um conceito ao aluno, seja ao final de uma unidade de ensino, de um bimestre, semestre ou que seja do ano letivo.

Avaliar deveria ser tão prazeroso, como ensinar e aprender, mas não é o que observamos: “Os professores elaboram suas provas para *provar* os alunos e não para auxiliá-los na sua aprendizagem” (LUCKESI, 2010, p.21). Os alunos por sua vez, tem a avaliação como meio de aprovação ou reprovação. O estabelecimento de ensino e o Estado como algo para a base de cálculos estatísticos.

Esse é o reflexo da avaliação nos dias atuais, avaliar para provar, testar e medir. Avaliar para ter como resultado final números para serem organizados e dispostos para tratamento em tabelas e gráficos, em sua maioria incoerente. Isso é avaliar hoje.

O processo avaliativo deve levar em consideração o contexto do aluno, proporcionar ao professor mudanças, alterações em seu decorrer, ou seja, caso o professor detecte algo diferente, o mesmo possa ter autonomia suficiente para modificar seu plano pedagógico, abrir mão de um instrumento ou técnica avaliativa por outro que julgar pertinente a situação atual.

Assim, diariamente ele poderá rever seus conceitos e se adequando aquele momento. Isso sim é avaliar, como é reforçado no que segue: “Entendemos avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão. É bem simples: são três variáveis que devem estar sempre juntas para que o ato de avaliar cumpra seu papel”. (LUCKESI, 2010, p.69).

Resumindo, podemos apontar como essas três variáveis:

1. Juízo de qualidade.
2. Dados relevantes.
3. Tomada de decisão.

Frente ao exposto, é notável que ao discutirmos o momento de avaliar, devemos ter um juízo voltado para a qualidade e não para a quantidade, como é corriqueiro; expormos e enumerarmos dados relevantes para assim, tomarmos uma decisão coerente do ato de avaliar.

Frente ao exposto, nessa discussão que propomos, discutiremos a avaliação da aprendizagem na educação infantil. Inicialmente, de forma breve discutimos alguns pontos acerca de educação infantil. Posteriormente fazemos uma discussão acerca de avaliação da aprendizagem. Por fim, discutimos a avaliação na educação infantil, apontando seus pressupostos, funções e concepções. Concluimos que a avaliação na educação infantil é de extrema importância para o trabalho do professor, para a análise da proposta pedagógica da escola e principalmente para o acompanhamento, diagnóstico e análise do processo de desenvolvimento de nossas crianças pequenas.

## **1. Discussões iniciais em Educação Infantil**

A Educação Infantil é uma etapa da educação básica e compreende o atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade, dividida em modalidades: creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos), as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos e privados que cuidam e educam de

crianças em jornada integral, na maioria dos casos das creches, ou parcial, no caso das pré-escolas, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetido a controle social.

Pela Lei nº 9.394/96, lei esta que destina somente três artigos sem grande relevância para tal etapa de ensino, a Educação Infantil, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Na atualidade a Educação Infantil tem por finalidade cumprir o seguinte tripé: cuidar, brincar e educar (Proinfância), realizando no seu interior um trabalho que possua caráter educativo, visando garantir assistência, alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças atendidas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares, conforme o Art. 2º desta resolução.

Frente ao exposto, em seu art. 6º as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os princípios: éticos, políticos e estéticos, cumprindo assim plenamente sua função sociopolítica e pedagógica descrita no art. 7º:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2009).

Um ponto relevante dessa Resolução é a diversidade ao acesso da Educação Infantil, uma vez que a mesma proporciona a garantia da autonomia dos povos indígenas, das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos das florestas, na forma de provimento a tal etapa de ensino, reconhecendo assim as particularidades e individualidades de cada cultura, região, comunidade, sem prejuízo do processo de ensino e de aprendizagem.

Fica evidente nessa resolução a preocupação nacional para com a Educação Infantil, determinando assim seus princípios norteadores, suas práticas pedagógicas a serem adotadas em todas as instituições de ensino infantil no país, mas conservando e evidenciando as particularidades e individualidades de cada uma delas.

Entretanto, para que tal resolução seja efetivamente cumprida é necessário um professor “super-herói”, pois para que ele cumpra tais princípios e práticas pedagógicas propostas, o mesmo deverá ter tido uma boa formação, possuir uma visão ampla de mundo, que a nosso ver só poderá ser conquistada mediante uma formação condizente e coerente com essa realidade, algo não evidenciado em nossa atualidade. O que observamos é a formação de professores cada vez mais precarizado, exemplificado, pela grande expansão dos cursos de pedagogia à distância.

Não podemos deixar de mencionar que houve alguns avanços para com a Educação Infantil, entretanto essa etapa de ensino encontra alguns problemas que devemos resolver o quanto antes, uma vez que, sendo essa a primeira etapa da educação básica, se torna imprescindível. Os principais problemas que podemos elencar são: a falta de unidades e oferta de vagas para atender a demanda necessária, professores bem formados, espaços físicos adequados para o desenvolvimento da criança.

Enfim, é imprescindível e urgente a adoção de políticas públicas educacionais voltadas para a formação do professor, em especial, para o que atuará com a Educação Infantil. Assim, observamos que para atuar com a essa etapa de ensino é preciso que o profissional esteja apto a lidar com várias temáticas. Logo, a avaliação passa por essa necessidade. E é esse tema que discutiremos nas próximas linhas: a avaliação na educação infantil.

## **2. Avaliação da aprendizagem: conceitos**

A definição de avaliação é uma questão mais complexa do que possamos imaginar. Diante disso, recorreremos aos estudos de Haydt (2002), que traz, de forma objetiva, algumas contribuições de renomados estudiosos sobre os conceitos de avaliação. Não obstante, enfatizamos que cada definição é o reflexo de uma postura filosófica adotada, daí a justificativa quanto à complexidade de definir um único conceito.

Além disso, independentemente do conceito atribuído à avaliação, entendemos que ela deve ser considerada uma atividade indissociável da educação, em qualquer filosofia e

concepção metódica. Portanto, não se faz educação sem algum tipo de avaliação. Nessa perspectiva, apresento a seguir as concepções de diferentes estudiosos sobre o assunto.

Começamos com Ralph Tyler (apud, HAYDT, 2002), educador norte-americano que se dedicou à questão de um ensino que fosse eficiente. Vejamos o conceito de avaliação a partir de seu ponto de vista: “O processo de avaliação consiste essencialmente em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino”. (TYLER, apud HAYDT, 2002, p.11).

Ademais, este autor defendia:

Como os objetivos educacionais são essencialmente mudanças em seres humanos em outras palavras, com os objetivos visados constituem em produzir certas modificações desejáveis nos padrões de comportamento do estudante- a avaliação é o processo mediante o qual se determina o grau em que essas mudanças de comportamento estão realmente ocorrendo. (TYLER apud HAYDT, 2002, p.11-12).

Os pesquisadores norte-americanos da área de avaliação de aprendizagem definem o período de 1930 a 1945 como o período *tyleriano* da avaliação da aprendizagem. O termo foi introduzido, mas a prática continuou sendo baseada em provas e exames, apesar de vários educadores considerarem que a avaliação poderia e deveria subsidiar um modo eficiente de fazer ensino.

Para expormos o enfoque desse autor, recorreremos aos estudos de Jussara Hoffmann (2010). Concordamos com a autora que o enfoque de Tyler é comportamentalista e resume o processo avaliativo à verificação das mudanças ocorrida, previamente delineadas em objetivos definidos pelo professor, um exemplo clássico é o planejamento pedagógico que os professores anualmente devem redigir para o corrente ano letivo.

Nesta obra, Hoffmann (2010) nos apresenta a prática, ação avaliativa, com referência ao modelo de Tyler: observamos que a prática avaliativa compreende, no início do processo, o estabelecimento de objetivos pelo professor e, em determinados intervalos, a verificação, por meio de testes, do alcance desses objetivos pelos alunos.

Portanto, quando inserida no cotidiano, a ação avaliativa restringe-se à correção de tarefas diárias dos alunos e ao registro dos resultados. Ainda, de acordo com Hoffmann (2010), nessa perspectiva, quando se discute avaliação, discutem-se de fato, instrumentos de verificação e critérios de análise de desempenho final.

Outro autor, que nos apresenta uma definição para avaliação é Michael Scriven (apud HAYDT, 2002, p.12):

A avaliação é uma atividade metodológica que consiste na coleta e na combinação de dados relativos ao desempenho, usando um conjunto ponderado de escalas de

critérios que leve a classificações comparativas ou numéricas, e na justificação: dos instrumentos e da coleta de dados; das ponderações e da seleção de critérios.

Em Haydt (2002) é notório que Scriven entende que é preciso e necessário avaliar o grau de consecução dos objetivos estabelecidos, assim como das dificuldades encontradas no percurso, ou seja, avaliar aquilo que não fora previsto no planejamento, no plano pedagógico. Scriven diferencia avaliação de mensuração, uma vez que para ele a avaliação tem como objetivo apreciar o valor ou julgar, daí que se oriunda a importância que atribuiu ao julgamento de valor ou mérito.

Portanto, para Michael Scriven, não basta apenas acompanhar ou verificar se os objetivos delineados foram realmente alcançados. Faz-se necessário, também, avaliar se os objetivos traçados condizem com os interesses relevantes da educação.

Seguindo com a definição de avaliação, expomos agora a ideia de Daniel Stufflebeam (apud HAYDT, 2002, p.12): “[...] a avaliação é o processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões alternativas”. Segundo Haydt (2002), Stufflebeam enfatiza o caráter processual da avaliação, sendo que esse processo inclui três fases: delinear, obter e fornecer informações.

Concluído as três fases citadas: “As informações obtidas devem ter como critério básico a utilidade, visando orientar a tomada de decisões.” (HAYDT, 2002, p.12). De acordo com Stufflebeam (apud HAYDT, 2002, p.12), a avaliação tem duas finalidades básicas: auxiliar o processo de tomada de decisão e verificar a produtividade. Ademais, a avaliação não deve ser identificada como medida, pois, embora esta proporcione vigor e precisão à avaliação, é muito limitada e inflexível para satisfazer a amplitude de informações exigidas pela avaliação.

Consideramos que o aspecto mais ressaltado por Stufflebeam é a relação entre a avaliação e o processo de tomada de decisão.

Para concluirmos a conceituação de avaliação, apresentamos as definições de três autores, que na tentativa de conceitua-la apresentaram várias dimensões sobre o assunto que, a nosso ver, são didáticas e elucidativas para nossa discussão. Esses autores são: Bloom, Hastings e Madaus (apud HAYDT, 2002, p.12-13).

- A avaliação é um método de coleta e de processamento de dados necessários à melhoria da aprendizagem e do ensino.
- A avaliação inclui uma grande variedade de dados, superior ao rotineiro exame escrito final.

- A avaliação auxilia no esclarecimento das metas e dos objetivos educacionais importantes e consiste num processo de determinação da medida em que o desenvolvimento do aluno está se processando da maneira desejada.
- A avaliação é um sistema de controle de qualidade pela qual se pode determinar, a cada passo o processo ensino-aprendizagem: se este está sendo eficaz ou não; e caso não esteja, indica que mudanças devem ser feitas a fim de assegurar sua eficácia antes que seja tarde demais.
- Finalmente, a avaliação é um instrumento na prática educacional que permite verificar se os procedimentos alternativos são igualmente eficazes na consecução de uma série de objetivos educacionais.

Uma vez apresentados alguns conceitos sobre a avaliação, temos a mesma certeza que Ana Luíza Valentim Rocha Lucena, de que o termo avaliar gera grandes dimensões, como; sensibilidade, na posição de não julgar antes de conhecer melhor; análise da realidade, na obtenção de verdadeiros dados significativos; clareza da finalidade na análise dos objetivos predeterminados; julgamento, na investigação sobre a atividade e não sobre a pessoa; tomada de decisão, na continuidade da prática ou na elaboração de um novo plano; e, principalmente, ação, no agir efetivamente.

### **3. Avaliação na Educação Infantil: aprendizagens necessárias**

Como temos observado, a avaliação perpassa todas as etapas da educação, desde a educação infantil até o mais alto grau entre os profissionais da universidade. Diante disso, nesse item discutimos a avaliação na educação infantil, a etapa base da nossa educação.

Para Hoffmann (2012) a avaliação na Educação Infantil é, pois, “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, a melhoria do objeto avaliado” (HOFFMANN, 2012, p. 13).

Consideramos que é na educação infantil, que a avaliação da aprendizagem ainda faz sentido e tem sido efetivamente concretizada em várias unidades escolares, de acordo com os estudos já realizados. Relatamos isso, pois observamos durante a realização dos nossos estágios obrigatórios (e não) durante a graduação em Pedagogia, que os professores dispõem de muito mais recursos e instrumentos para comporem a avaliação de seus alunos, do que em outras etapas da educação.

Os professores da educação infantil têm a sua disposição instrumentos naturais e espontâneos para realizarem a avaliação, uma vez que eles podem analisar as observações obtidas a partir do cotidiano das crianças, das brincadeiras que foram propostas pelos docentes ou até mesmo criadas a partir das crianças, dos desenhos produzidos pelas crianças,

dos diálogos gerados, por exemplo, a partir das rodas de conversas, entre tantas outras possibilidades existentes.

De acordo com Micarello (2010), as referências para realizar processos de avaliação devem ser buscadas na própria criança e não em padrões pré-estabelecidos aos quais ela deve corresponder.

Vale ressaltar que

avaliar o desenvolvimento de uma criança é uma ação complexa e exige da escola um olhar de extrema atenção, um conhecimento sobre o aprender e o desenvolver do aluno, para que assim, através de metodologias de avaliação ou de instrumentos variados seja possível aferir de maneira mais sistematizada, contemplando o indivíduo e seus avanços (SILVA; URT, 2014, p. 63).

Segundo Carneiro (2010),

a avaliação na educação infantil consiste no acompanhamento do desenvolvimento infantil e por isso, precisa ser conduzida de modo a fortalecer a prática docente no sentido de entender que avaliar a aprendizagem e o desenvolvimento infantil implica sintonia com o planejamento e o processo de ensino. Por isso, a forma, os métodos de avaliar e os instrumentos assumem um papel de extrema importância, tendo em vista que contribuem para a reflexão necessária por parte dos profissionais acerca do processo de ensino. (CARNEIRO, 2010, p. 6).

Silva e Urt, nos alertam que

o trabalho na Educação Infantil se faz a partir de vários olhares (professores e crianças), o conhecimento é construído de maneira mediada, fundamentado por meio do diálogo, da reflexão, do planejamento e da avaliação, em que o professor, como responsável direto, visa desenvolver seu trabalho de forma correta (SILVA; URT, 2014, p. 75).

A partir das observações levantadas pelas pesquisadoras, é preciso observar alguns pontos, que merecem discussões. Quando as autoras levantam que o trabalho na educação infantil se faz a partir de vários olhares, devemos observar que a avaliação também deverá ser realizada a partir de vários olhares.

Entretanto, devemos nos atentar, que tal olhar deverá ser individualizado para cada criança. Temos que respeitar as individualidades, particularidades e especificidades de cada criança, o ritmo de desenvolvimento de cada uma, levando em consideração que “a avaliação na educação infantil é marcada por diversos âmbitos que demandam um olhar multifacetado e diferentes linguagens” (FARIA; BESSELER, 2014, p. 161).

Outro ponto que merece destaque é quando as autoras levantam que o conhecimento é construído de forma mediada. Assim, também deverá ser a avaliação: de forma mediadora.

Segundo Hoffmann (2012), a avaliação mediadora tem como característica a observação individualizada da criança, a ação reflexiva sobre os diversos comportamentos do educando, o planejamento como forma intencional de propor atividades significativas.

Frente ao exposto, o professor atento a avaliação como processo, como análise diagnóstica e que tem a concepção de que a avaliação servirá a ele para uma tomada de decisão, deverá avaliar cada aluno na sua individualidade, avaliar o progresso e desenvolvimento de cada aluno individualmente, considerando os avanços mínimos.

Vale destacar que mesmo, o professor propondo tarefas e atividades em grupo, a avaliação deverá ser realizada com olhar individualizado para cada criança. O professor deverá ser sempre um mediador no processo de desenvolvimento da criança. É isso a necessidade para as outras etapas e modalidades da nossa educação: o professor como mediador do processo de ensino e de aprendizagem e de uma avaliação mediadora.

Segundo Hoffmann (2012) a ideia de avaliação mediadora, coloca a participação do professor como fundamental, pois é ele o observador, capaz de refletir e construir os saberes necessários para melhor conduzir a ação pedagógica.

A autora ainda nos aponta alguns pressupostos básicos para a avaliação na educação infantil:

(a) uma proposta pedagógica que vise levar em conta a diversidade de interesses e possibilidades de exploração do mundo pela criança, respeitando sua própria identidade sociocultural, e proporcionando-lhe um ambiente interativo, rico em materiais e situações a serem experienciadas; (b) um professor curioso e investigador do mundo da criança, agindo como mediador de suas conquistas, no sentido de apoiá-la, acompanhá-la e favorecer-lhe novos desafios; (c) um processo avaliativo permanente de observação, registro e reflexão acerca da ação e do pensamento das crianças, de suas diferenças culturais e de desenvolvimento, embasador do repensar do educador sobre o seu fazer pedagógico (HOFFMANN, 2010, p. 20).

Diante disso, destacamos que a avaliação na educação é de extrema importância, tendo em vista ser essa etapa base para todo o processo de desenvolvimento da criança para as próximas etapas da educação.

Segundo Silva e Urt (2014),

a abordagem da avaliação na Educação Infantil envolve o pensar em ações que valorizem todo o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, do professor, da instituição. Não existe uma forma de avaliar, requer sim um olhar reflexivo e mediador à prática. (SILVA; URT, 2014, p. 76).

E deve ser essa preocupação dos nossos professores, pensar em ações que valorizem o processo de aprendizagem e de desenvolvimento da criança, do próprio professor e da unidade escolar.

Diante disso, mais uma vez temos a avaliação com mediação de processo, como instrumento para o professor (re) pensar a sua prática pedagógica e para a escola rever sua proposta pedagógica. Assim, a avaliação deve servir a todos os atores escolares e deve ser utilizada como norte para analisar os processos e as práticas em vigência.

Consideramos que a avaliação só terá sentido e significado se ela for utilizada como instrumento de auxílio para o professor, para a escola, pensando sempre no desenvolvimento de cada criança e jovem.

Quanto o professor, a avaliação deve iniciar-se, conforme Hoffmann (2010, p. 28), pela “abertura do professor ao entendimento das crianças com quem trabalha, pelo aprofundamento teórico que fundamenta a curiosidade sobre elas, pela postura mediadora, provocativa e desafiadora”.

Enfim, a avaliação será útil e necessária para pensarmos em verdadeiros processos de ensino e de aprendizagem, e revertermos a atual situação que temos tido em nossas unidades escolares acerca de avaliação da aprendizagem.

Frente ao exposto, devemos nos ater que os resultados da avaliação não podem se resumir a apenas um conceito final, mas ser utilizado para

[...] rever e alterar as condições de ensino, visando ao aprimoramento do processo de apropriação do conhecimento pelo aluno. Somente assim o professor poderá desenvolver as atividades de mediação de forma adequada, no sentido de possibilitar um crescente envolvimento afetivo do sujeito com objetivo em questão. Assim, a avaliação deve ser planejada e desenvolvida como um instrumento sempre a favor do aluno e do processo de apropriação do conhecimento (LUCKESI, 1984 apud LEITE; TASSONI, 2002, p. 19).

De acordo com Faria e Bessler (2014, p. 168) “os resultados apresentados pela avaliação precisam ser entendidos como ponto de partida para um novo planejamento, visando um trabalho que permita o crescimento e desenvolvimento daquele que foi avaliado”.

Assim, devemos lembrar sempre que a avaliação deve servir a todos os atores da escola, pois

a avaliação deve ser um processo contínuo e de caráter formativo, que deve partir do professor, orientado pela equipe gestora da instituição, e contemplar aspectos que lhe permitam conhecer profundamente seus alunos e a si mesmo, contribuindo para a revisão de suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de ensino no âmbito da Educação Infantil (FARIA; BESSELER, 2014, p. 164).

## Conclusão

Ao chegar ao fim desse trabalho, não há como negar que a avaliação da aprendizagem deve fazer parte da prática pedagógica de cada professor. E de que ela deve ser utilizada por ele para (re) pensar sua prática pedagógica.

Entretanto o professor deve estar aberto sempre para a mediação. Assim, durante todo o processo de ensino e de aprendizagem, ele deverá ser disposto a mediar tais processos e utilizar a avaliação como um recurso rico para analisar o que cada aluno vem aprendendo e como tem se construído o seu conhecimento e desenvolvimento.

Assim como a avaliação na educação infantil é muito importante para o professor, para a unidade escolar também não poderia ser diferente. A avaliação que o professor realiza em suas salas de aulas com seus respectivos alunos pode e deve ser utilizada pelas escolas para que essas (re) sua proposta pedagógica ou até mesmo para terem um norte para realizarem sua avaliação institucional.

Enfim, salientamos ainda que a avaliação da aprendizagem na educação infantil é de extrema importância para o aluno, para o professor, para a escola e para os pais dos alunos. Entretanto ela não poderá ser resumir num fim por si só, não poderá se resumir a um conceito, uma nota, ou servir só para classificar, aprovar (ou não) o aluno, mas ser utilizada como diagnóstica do processo de ensino e de aprendizagem, e para a tomada de decisão a partir da análise da realidade encontrada.

Somente utilizando a avaliação dessa forma, consideramos que a avaliação da aprendizagem, tanto na educação infantil, que foi o nosso foco de discussão, como em qualquer outra etapa e modalidade de ensino.

## Referências

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 01 maio. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CEB 5/2009, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **DOU**. 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p.18.

CARNEIRO, M. P. A. K. B. **Processo avaliativo na Educação Infantil**. 2010. 45f. Monografia (Pós-graduação em Educação Infantil). Escola Superior Aberta do Brasil, Vila Velha, 2010.

FARIA, A. P.; BESSELER, L. H. A avaliação na educação infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente: v. 25, n. 3, p. 155- 169, set./dez. 2014.

HAYDT, R. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

HOFFMANN, J. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

\_\_\_\_\_. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtiva**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

\_\_\_\_\_. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEITE, S. A. S.; TASSONI, E. C. M. A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor. In: AZZI, R. G.; SADALLA, A. M. F. A. **Psicologia e formação docente: desafios e conversas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 113-141.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MICARELLO, H. **Avaliação e transições na educação infantil**. Portal MEC: 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6671&option=com\\_docman&task=doc\\_download](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=6671&option=com_docman&task=doc_download).

SILVA, J. P.; URT, S. C. Educação infantil e avaliação: uma ação mediadora. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente: v. 25, n. 3, p. 56-78, set./dez. 2014.